

Putá é a mãe, aqui só tem profissional

Alessandro José de Oliveira¹, Unicamp
oliveira.alej@gmail.com

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp é um projeto de extensão que consiste em dar suporte para grupos excluídos que se organizam em forma de cooperativas de trabalho. A experiência acumulada por essas atividades nos aproximou das mulheres profissionais do sexo quando recebemos edital para criarmos um projeto para trabalhar com mulheres vítimas de exclusão social e em situação de vulnerabilidade social. O desafio posto pela possibilidade de atuarmos junto a esse grupo nos trouxe a seguinte questão: operar junto a trabalhadoras do sexo era uma forma de contribuir para a objetivação do corpo das mulheres e para a sua exploração ou era uma possibilidade de contribuir para a sua emancipação?

A resposta a essa indagação se esboça com nossa adesão a proposta de atuarmos junto à criação de uma associação de mulheres profissionais do sexo, pois nela pressupomos que as atividades dessas mulheres é I) um trabalho e, portanto, estava dentro de nosso campo de atuação e que II) já que todo trabalho no sistema capitalista, em alguma medida, opera dentro de uma lógica de exploração do trabalhador, essas mulheres estariam menos vulneráveis a algumas explorações ao se organizarem enquanto categoria de trabalho. Além disso, em última instância, se parte do nosso trabalho era criar condições para a ‘integração’ de todos os trabalhadores **excluídos** do sistema econômico num movimento social, não haveria porque excluir as profissionais do sexo.

Diante da diversidade de interesses sexuais presentes no mercado do sexo, consideramos que o grupo de mulheres que tivemos contato pode ser compreendido fora do clichê social e/ou estereótipo que freqüentemente ronda nosso imaginário sobre a prostituição, pois elas têm como características marcantes o fato de estarem dentro de uma faixa etária entre 30 a 60 anos e que se vestem de forma comedida, isto é, fora dos perfis tradicionais em que a sensualidade e a exibição de parte do corpo são constituídos como necessários para conquistar clientes. Além disso, seus serviços sexuais são oferecidos durante o dia e principalmente para senhores aposentados, operando, portanto, fora da lógica do modelo tradicionalmente imaginado para a prostituição que as marcam como uma atividade noturna cujos serviços sexuais são disponibilizados para qualquer pessoa.

¹ Doutorando Ciências Sociais.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Dessas trabalhadoras do dia ouvimos relatos dos mais diversos e espantosos como, por exemplo, de Zélia² que disse nunca ter abordado um cliente com o famoso ‘psiu psiu’ até o de Carmem que foi levada para o matagal, na beira de uma grande rodovia, e lá abandonada sem roupas depois que o ‘cliente’ usou de seus serviços, sem pagar pelo que usufruiu.

Por um período intenso de reuniões, junto com essas mulheres, nosso trabalho foi tentar esclarecer no que consistia a criação de uma associação, quais os interesses dessas mulheres na criação deste tipo de organização, bem como, junto com elas, buscávamos mapear as possíveis parcerias que contribuíssem para essa empreitada. Sempre fomos acompanhados por um agente de saúde que fazia parte da nossa parceria com a Secretária de Saúde do município. Ao longo dessas atividades percebemos como o modelo assistencialista era imperativo. As profissionais do sexo ali reunidas pediam ‘coisas’: queriam que nós arrumássemos assistência médica, assistência jurídica, escola e cesta básica para elas. Assim, nossos esforços se concentraram em discutir como elas iriam conquistar esses recursos e construir a associação, isto é, tentávamos esclarecer que elas teriam que ir atrás desses recursos e que nós estávamos lá para ajudá-las a pensar como conseguir o que queriam. O modelo assistencialista, no entanto, dominava e a ele se somava uma série de dificuldades, como por exemplo: 1) não tínhamos acesso a alguns locais de prostituição e precisávamos rapidamente ser apadrinhados por uma delas, isto é, por alguém que ampliasse nosso acesso aos diversos pontos de prostituição nos ajudando a estender o convite e trazer mais gente para participarem das reuniões da ‘associação’; 2) o tempo de reunião tinha que ser dinâmico e muito curto porque parte das mulheres, além de não dominar a leitura e a escrita, tinha que estar na rua trabalhando, as reuniões oneravam suas atividades; 3) tínhamos que garantir uma série de recursos que iam desde locação de cadeiras para ocorrer a reunião, até planejar toda a atividade que seria realizada junto ao grupo. Enfim, para garantir o mínimo nas reuniões, nossas atividades se estendiam ao longo da semana com diversos preparativos.

Com o tempo e em nossas reuniões junto à ITCP/Unicamp ficava cada vez mais claro que as primeiras tarefas eram 1) juntar parceiros sociais para a criação da associação, 2) colocar as profissionais do sexo em contato com outras entidades (de preferência da mesma categoria) para que elas pudessem compreender as funções dos diversos agentes dentro dessas entidades e 3) fazer com que o convite para as reuniões chegassem a diversos locais de prostituição.

Ao longo de nossas atividades de visitas aos locais e às entidades e dialogando com nossos parceiros da Secretaria da Saúde, chegamos à conclusão de que para irmos adiante com o projeto da associação era prioridade sermos apadrinhados, pois, por mais que tentássemos nos aproximar

² Todos os nomes estão trocados.

dessas mulheres, os limites postos pelas nossas posições sociais e pela nossa formação acadêmica tinham pouco efeito junto delas. A panfletagem que fazíamos um dia antes das reuniões nos locais de prostituição que tínhamos acesso era vista pelas meninas com desconfiança e inúmeras vezes nosso convite para as reuniões era ignorado, sabotado e, até mesmo, motivo de desprezo das profissionais que abordávamos. Não havia interesse em estar conosco e, muitas vezes, pensávamos se realmente deveríamos continuar com aquilo e se realmente elas queriam se organizar.

Muitas vezes, o único elemento motivador para continuarmos insistindo era compreender que os efeitos de uma histórica realidade de exclusão social, pelos quais gerações de mulheres vêm sendo submetidas não permitiram a elas se indagarem a que nível de exclusão e vulnerabilidade estão sujeitadas e nem mobilizarem esforços para reagirem a essas condições. Assim, quando discutíamos nas reuniões quais entidades elas vislumbravam como parceiras possíveis da associação, percebemos, em suas falas, uma enorme contradição, pois ao apresentarmos a associação de comerciantes³ da cidade como parceiros sociais em potencial, ouvimos afirmarem categoricamente, e com certo entusiasmo, que os comerciantes poderiam ser parceiros da associação. Elas não compreendiam⁴ que era exatamente a associação do comércio que estava por trás do processo de expulsão das prostitutas do centro da cidade.

A dificuldade de organização nos levava a acreditar que somente uma catástrofe capaz de mobilizar a opinião pública poderia gerar nessas mulheres uma mobilidade maior e a um desejo de se organizarem. Mal sabíamos que esse elemento catastrófico estava por vir quando os boatos de expulsão das prostitutas do centro da cidade se concretizavam na autorização do fechamento de três hotéis da cidade que eram utilizados pelas profissionais do sexo para realizarem seus programas.

O documento oficial afirmava os serviços de hotelaria, sua razão social estabelecida, estavam sendo usados para outros fins: estavam sendo utilizados como motel e como as leis municipais não permitiam a presença de motéis no centro da cidade ocorria o desvirtuamento do uso⁵. Assim, o fechamento desses estabelecimentos acarretava, entre outras coisas, numa ação

³ A inferência sobre a associação do comércio como agente propulsor da expulsão das profissionais do sexo do centro da cidade, tem como cenário o contexto de reurbanização/restauração do centro da cidade com o processo gradativo de re-apropriação pela classe média dos locais considerados (moralmente) degradantes. Este processo é denominado nas políticas públicas como revitalização dos centros urbanos metropolitanos. Neste contexto e no caso de Campinas é significativo o investimento do comércio local que objetiva tornar o centro da cidade fisicamente agradável e com isso obter vantagens na disputa dos clientes/consumidores em relação aos shopping-centers.

⁴ É preciso considerar aqui que os limites postos pelo analfabetismo e pela exclusão social levavam-nas a agir a partir de situações concretas e voltadas para a sobrevivência. À medida que nos envolvíamos com o trabalho, mais percebíamos o grau de naturalização da exclusão e da violência em que elas estavam submetidas principalmente quando ouvíamos suas confissões sobre a atuação de clientes, da polícia e dos agentes de saúde que chegavam a todo o momento.

⁵ Lei municipal 11749/03, artigo primeiro, combinado com a lei municipal 11749/03, artigo vigésimo segundo, inciso III.

indireta de expulsão das profissionais do sexo do centro da cidade. É preciso considerar, contudo, que o processo de expulsão já estava em curso, desde dezembro de 2005, quando ocorreu o término das reformas do calçadão (espaço de importância comercial do centro da cidade), pois junto ao projeto de revitalização do centro da cidade estava implicitamente vinculada uma proposta de ‘higienização’ desse local que implicava na dissolução dos circuitos do comércio do sexo⁶.

Essas condições atingiram as profissionais do sexo que, junto com os donos dos hotéis fechados, começaram a freqüentar com mais interesse e intensidade as reuniões que realizávamos para discutir as possíveis soluções para a situação. Tinha-se, enfim, um motivo para se organizarem: a ameaça de não poder mais trabalhar.

Com a ameaça posta pelo fechamento de três hotéis que funcionavam como locais de trabalho das profissionais do sexo nós levantamos, com elas, em algumas reuniões, alguns pontos da história da prostituição e analisamos algumas estratégias de alguns grupos de prostitutas que atuam no Brasil e no mundo. Referências como o Dia Internacional da Prostituta⁷, comemorado a partir da organização das prostitutas na França, e a atuação de uma prostituta⁸ (chamada Candelária) que organizou uma associação no nordeste brasileiro, foram temas de algumas reuniões.

Todavia, como a questão era ir à luta, ‘dar a cara à tapa’, algumas delas cogitaram a organização de uma passeata na cidade reivindicando diante da prefeitura o direito ao trabalho. No entanto, como a família de algumas das profissionais envolvidas não sabia de suas atividades no mercado do sexo e com a preocupação da possível cobertura da mídia durante o evento, a idéia foi afastada.

Nos encontros discutíamos desde as possibilidades de mobilização até fatos como, por exemplo, a informação, de uma dona de um dos hotéis fechados, de que o agente fiscal da prefeitura chegava a entrar nos quartos e exigir das profissionais do sexo o número de RG como forma de

⁶ No mesmo período, foi fechado o ‘cinemão’ do centro da cidade, um cinema que exibia filmes pornográficos e que era, sobretudo, freqüentado por travestis e homossexuais em busca de sexo.

⁷ No dia 2 de junho de 1975, prostitutas ocuparam a igreja de Saint-Nizier, em Lyon, na França. Elas eram 150 e protestavam contra multas, prisões e até assassinatos de colegas que nem sequer eram investigados. Tudo isso fazia parte da chamada “guerra contra o rufianismo”, que costumava processar maridos e filhos de prostitutas, por se beneficiarem dos rendimentos das mulheres e mães. Por conta da repressão, tabernas deixaram de alugar quartos para as trabalhadoras do sexo, com medo da repressão policial. A diretoria da igreja e a população de Lyon apoiaram a manifestação e deram proteção às prostitutas. A ocupação da igreja foi transmitida por todos os meios de comunicação, no país e no exterior, inclusive no Brasil. As mulheres exigiam que o seu trabalho fosse considerado “tão útil à França como outro qualquer”. Outras 200 prostitutas percorreram as ruas em carros, distribuindo filipetas com denúncias de que eram vítimas de perseguição policial, o que as impedia de trabalhar. Uma carta foi enviada ao então presidente da França, Giscard d’Estaing. O movimento se ampliou para outras cidades francesas, como Marselha, Montpellier, Grenoble e Paris, onde profissionais do sexo entraram em greve. Dez dias após a tomada da igreja, às 5 horas da manhã de 10 de junho de 1975, as mulheres foram expulsas da igreja de Saint-Nizier pela polícia. A coragem de denunciar o preconceito, a discriminação e as arbitrariedades fizeram com que as prostitutas de Lyon entrassem para a história.

⁸ Maria Niziana Castelino, mais conhecida como Candelária, 50 anos, é presidente da Associação Sergipana de Prostitutas (Asp), que presta atendimento as profissionais do sexo em Aracaju.

identificação. Com isso, orientamos como proceder diante de tais abusos. Enquanto possibilidades de mobilização, participamos também com as profissionais, de algumas reuniões junto ao gabinete de alguns vereadores da cidade, cujo efeito foi dar entrada junto à câmara dos vereadores a uma moção de repúdio a atuação do prefeito em fechar os hotéis/motéis, além de começarmos os procedimentos no sentido de revogar a lei municipal que determinava a proibição de estabelecer motéis no centro da cidade.

Contudo, segundo a previsão de alguns assessores desses vereadores, a discussão da revogação da lei na câmara municipal passaria por contestação. Segundo eles, haveria quem argumentasse que isso pudesse contribuir para que grandes empresários do mercado do sexo se mobilizassem para criar motéis luxuosos no centro da cidade e também que, muito provavelmente, as bancadas evangélicas e dos diversos setores imobiliários e comerciais fariam pressões no sentido de manter a lei em vigor. Além disso, todo esse processo demandaria muito tempo para ser resolvido e, enquanto isso, os hotéis permaneceriam fechados.

É importante ressaltar que gestos como a expulsão das profissionais do sexo do centro das cidades e a preocupação das mesmas em serem reconhecidas como tais diante da possibilidade de visibilidade na mídia resultam de uma ordem patriarcal⁹ e reforça o lugar da mulher no lar e no casamento como destino natural atribuindo ao sexo fonte de reprodução e não de prazer e ‘empoderamento’ da mulher.

Sem negar a divisão sexista que opera desvantagens para as mulheres em nossa sociedade e que, portanto, coloca as ações de seu ‘empoderamento’ longe de serem consideradas conquistas profundas, podemos dizer que a organização dessas profissionais teve como resultados avanços significativos do ponto de vista da criação de melhores condições de sobrevivência as hostilidades que permeia suas atividades. Assim, impacientes e com suas portas fechadas, algumas donas de hotéis, começaram a agir convocando suas meninas¹⁰ para uma passeata imediata¹¹.

⁹ De domínio do homem sobre a mulher como algo natural expresso nos aparelhos e instituições sociais.

¹⁰ É preciso esclarecer que a complexidade das relações que envolvem o mercado do sexo passa por uma série de questões que envolvem a subordinação de algumas dessas profissionais à alguns sujeitos que as exploram e que também as protegem. Ao nos referir às profissionais do sexo como ‘meninas’ de uma das donas de hotéis estamos compreendendo que os laços que as unem passam por esses sistemas de exploração/proteção. Todavia é preciso esclarecer que eles vão além desse maniqueísmo, pois há também uma série de motivações, por exemplo, afetivas, que os enlaçam e que permitem, às vezes, no jogo de poderes, estabelecer uma relação de dependência mútua. Não pretendemos, com isso, contribuir para amenizar ou diluir as práticas de rufianismo que existem no mercado do sexo, todavia acreditamos que esclarecer as relações de poderes que ali se instauram unicamente por um caráter de exploração nos parece muito limitador.

¹¹ Com a adesão de uma parte significativa das profissionais do sexo, não tivemos mais tempo para organizar detalhadamente o movimento reivindicatório e nos distribuimos em busca de algumas soluções imediatas. Alguém correu comprar máscaras de carnaval para ser usadas pelas profissionais que não queriam ser identificadas como tal. Acionamos uma jornalista da ITCP para orientar a imprensa e também para orientar os repórteres e fotógrafos que a associação de profissionais do sexo ‘estaria de olho’ sobre o uso que eles iria fazer das imagens e reportagens.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Enfim, alguns minutos antes da passeata ainda estavam-se organizando quais dentre as profissionais, os donos de hotéis e os parceiros representariam o grupo numa audiência no gabinete da prefeitura.

Apesar de todos os atropelos, o resultado da passeata pôde ser considerado como bem sucedido, pois, de um lado, as mulheres profissionais do sexo ganharam a atenção da mídia e aglutinaram uma série de entidades importantes como parceiras. De outro lado, as negociações com a prefeitura abriram duas frentes de trabalho, uma que trataria dos interesses dos donos dos hotéis junto à Secretária Municipal de Urbanismo e outra junto à Secretária da Ação Social que ouviria as necessidades das profissionais do sexo na constituição de sua associação.

No que diz respeito à mídia, fora as reportagens do dia da passeata, ocorreu uma série de convites para as profissionais falarem nas diversas rádios da cidade e isso permitiu a equipe da ITCP/Unicamp iniciar uma capacitação no que diz respeito à auto-estima e a ação do grupo diante da visibilidade promovida no diálogo com a imprensa e pela mídia. Posteriormente a avaliação das diversas entrevistas concedidas as rádios e a leitura das notícias nos jornais permitiram compreender quais os pontos que chamavam a atenção dos meios de comunicação a respeito da prostituição. As temáticas giravam sempre em torno de três pontos centrais: atentado ao pudor, prostituição infantil e a relação entre drogas e prostituição. As análises dessas temáticas passaram a ser temas de alguns encontros que mais tarde foram realizados dentro da própria associação.

Contudo a principal vitória desse movimento foi à negociação junto à prefeitura da reabertura dos hotéis. O argumento utilizado foi de que com fechamento dos hotéis as profissionais ficavam ainda mais vulneráveis a violência uma vez que para trabalharem elas teriam que se submeterem a entrar em carros de clientes (desconhecidos) e serem levadas para os motéis nas beiras das rodovias (e matagais na beira das estradas) e com isso, os possíveis danos e ou agressões que elas viessem a sofrer seriam contabilizados pelo grupo de mulheres profissionais do sexo e pelas entidades parceiras como da responsabilidade da prefeitura.

Assim, depois de algumas reuniões o acordo que se estabeleceu foi que os donos dos hotéis teriam a possibilidade de reabrirem quase que imediatamente seus hotéis desde que cumprissem algumas exigências a respeito das condições físicas e sanitárias de seus estabelecimentos. A lei de desvirtuamento de uso havia sido pelo menos temporariamente esquecida.

Para nós da ITCP/Unicamp ajudar na organização dessa associação significou a possibilidade de, a partir da discussão dessas mulheres sobre seu universo de trabalho, promover os

Um grupo ligava para ONGs e entidades parceiras em busca de apoio e informando do que se tratava a reivindicação (Manifesto das Profissionais do Sexo de Campinas).

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

seus encontros e subsidiá-los com informações que ajudassem a criar coesões e ações eficazes no sentido de amenizar suas condições de risco e promover o respeito social que lhes é devido. Assim, a conquista mais interessante do processo de organização criou como marco de reverência a denominada Semana de Visibilidade das Profissionais do Sexo de Campinas. Essa semana foi realizada como um evento que levou aos diversos lugares os debates e a visibilidade das atividades da Associação de Profissionais do Sexo de Campinas denominada “Mulheres Guerreiras”. A primeira edição gerou ciclo de debates na câmara de deputados do município de Campinas, encontros de discussões entre teóricos, especialistas no assunto e as profissionais do sexo em lugares como a Unicamp e outras entidades. Ocorreram também debates, a partir de eventos culturais como apresentação de uma peça de teatro dentro da temática da prostituição (espetáculo “Eu quero ver a Rainha”) e a positivação da imagem das Profissionais do Sexo em várias entidades e setores da sociedade.

Apesar das conquistas e esforços de várias entidades e parcerias a manutenção da Associação de Profissionais do Sexo de Campinas corre o risco de se diluir e mesmo acabar. As lutas pela sobrevivência, muitas vezes, impendem às profissionais de se unirem em causa própria e disponibilizarem tempo para as atividades da Associação. É preciso destacar também que, muitas vezes, as brigas das ruas que vão desde disputa de pontos de prostituição até desentendimentos pessoais, extrapolam as ruas e também levam as equipes parceiras a desarranjos e profundas decepções. Muitas vezes, por exemplo, tivemos que flexionar nossas atividades deixando de discutir temas importantes para a associação para nos dedicarmos (como terapeutas) aos desafetos e desentendimentos que ‘inoperavam’ as atividades programadas. Somada a todos essas questões a condições de analfabetismo também contribuíram, inúmeras vezes, para dificultar todo o processo. Consideramos, contudo, que as parcerias com diversas entidades e principalmente a criação de projetos voltados especificamente para esse grupo de mulheres são imprescindíveis para sua continuidade. Assim, com a finalização do projeto da ITCP/Unicamp junto às profissionais do sexo, em outubro de 2007, ficamos apreensíveis com os rumos que os trabalhos da associação iriam tomar. Dentro da ITCP/Unicamp os esforços em buscar novos financiamentos revelaram como o preconceito e a força do estigma social gera dificuldades que levam os agentes dos órgãos financiadores (talvez por medo dessa associação) em restringirem a concepção de ‘mulheres em condições de vulnerabilidade social’ de forma que não permitem englobar no nome de suas entidades beneficiadas as mulheres prostitutas. Não há no Brasil ‘nenhum’ recurso específico destinado à organização dessa categoria e todos os editais (inclusive governamentais) que envolvem de alguma maneira mulheres em situação de vulnerabilidade social não dá a devida atenção as

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

profissionais do sexo, o que pode ser sentido como efeito da estigmatização que envolve não só essas profissionais, mas todas as entidades que querem lutar com elas. Percebemos nesse trabalho que a complexidade que envolve o descaso e a ausência de políticas públicas voltadas para essas mulheres, bem como, a organização política dessa categoria, apesar de alguns sinais de mudança, ainda se configura dentro de uma visão que entende as prostitutas (e outros profissionais do sexo) como vítimas que devem ser resgatadas. E, na sua expressão mais perversa, submetem-nas a esquemas de expulsão dos espaços sociais remetendo-as ainda mais à estigmatização, à discriminação e as reduzindo à condição de escória da sociedade. Todavia, tentamos demonstrar aqui que a complexidade que envolve suas relações sociais não permite reduzir o mercado do sexo a uma simples venda e oferta de serviços sexuais.